

# POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE ESSE PROCESSO DE REGULAÇÃO

Mirian Iva da Silva<sup>1</sup>; Ana Lúcia Felix dos Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Pedagogia - CE – UFPE; E-mail: mirian\_silvaceel@yahoo.com,

<sup>2</sup>Docente/pesquisador do Depto. de Psicologia e Orientação Educacionais – CE – UFPE. E-mail: analufelix@gmail.com

**Sumário:** A pesquisa tem como foco central a discussão sobre Política Educacional, Bônus do Desenvolvimento Educacional, Avaliação Educacional e o Programa de Modernização da Gestão Pública/Metas para a Educação do estado de Pernambuco e seus impactos nas práticas de gestão escolar. Objetivou identificar e analisar a percepção dos alunos sobre a política de avaliação educacional de Pernambuco. Adotou uma abordagem qualitativa, o instrumento de coleta de dados é análise documental. O campo empírico da pesquisa consistiu nos documentos que embasam a política em análise, quais sejam: Avaliação Educacional e a Nota Técnica do IDEPE. Os resultados mostram que a dinâmica da escola não considera que os alunos conheçam a política, não dialogam com os alunos, os professores deveriam explicarem para os alunos quais os objetivos de eles realizarem a prova, fazendo-os refletirem sobre a avaliação e entenderem o processo da política.

**Palavras-Chave:** Alunos; Avaliação Educacional; Política Educacional.

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar a percepção dos alunos sobre a política de avaliação educacional de Pernambuco, pautando nas discussões sobre o IDEPE e o SAEPE. Para atender esses objetivos optamos por realizar uma análise sobre os documentos que são referentes para essa política.

A diversidade de avaliações externas aplicadas a estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino aqui no Brasil levam alguns analistas a afirmar que estamos diante de uma abrangente e eficiente política de avaliação educacional em nível nacional (CASTRO, 2009; ESTEBAN, 2011). A política de avaliação em Pernambuco está inserida no Programa de Modernização da Gestão (PMGP), regulamentado pelo decreto nº 29.289, de 07 de junho de 2006.

A política de avaliação em Pernambuco está inserida no Programa de Modernização da Gestão (PMGP), regulamentado pelo decreto nº 29.289, de 07 de junho de 2006. Ele se insere no contexto do modelo administrativo gerencial de Estado. Um dos argumentos para o plano de metas do governo de Pernambuco (s/d, p.3) diz que “é com a educação que conseguimos avançar em novas oportunidades. É com gente qualificada que conseguimos superar as taxas de desemprego e melhorar os indicadores sociais do nosso Estado e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos pernambucanos”. Contextualizando assim, que há um empreendedorismo no estado que impulsiona um desenvolvimento econômico tornando, por isso, prioritário o investimento na área da educação.

Tais considerações nos levaram a questionar: Como essa política vem impactando no cotidiano escolar dos alunos? Qual a percepção dos alunos sobre as metas e avaliações? Qual a percepção do aluno como sujeito diante de políticas educacionais de regulação como do estado de Pernambuco? Nessa pesquisa, buscamos uma aproximação da realidade da dinâmica da escola.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo pautou-se numa abordagem qualitativa que, segundo (MINAYO, 2001, p. 14) proporciona um aprofundamento maior com o objeto de estudo. A abordagem qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto escolar daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, P. 201).

Para atender aos objetivos da pesquisa, tivemos como base a fundamentação teórica sobre Avaliação educacional, O documento oficial do PMGP e a Nota Técnica do IDEPE. A pesquisa foi realizada em oito escolas estaduais da GRE Recife Sul, a escolha das escolas foi pelo motivo de curta distância sendo de fácil acesso, foram aplicadas entrevistas com dezessete alunos.

## RESULTADOS

A política de Avaliação Educacional, no Brasil, avançou nos diversificados níveis e modalidades de ensino. De acordo com Castro (2009, p. 273), nosso sistema de avaliação é considerado como um dos “mais abrangentes e eficientes do mundo”. Dessa maneira, vincula-se o quantitativo de avaliações presentes no sistema nacional com a qualidade destes instrumentos. De fato, os resultados amplamente divulgados das diferentes avaliações nacionais contribuem para a inserção de valores neoliberais que estimulam a concorrência e diminuem a responsabilidade do Estado. A abordagem neoliberal no contexto das políticas públicas, de acordo com Azevedo (2004), põe em xeque o modo de organização social e política gestora. Traz a máxima de “menos Estado e mais mercado”, concebida pelo liberalismo clássico.

Dessa forma, para os neoliberais, o mercado possui capacidade de regulação do capital e do trabalho, e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. O estado de Pernambuco é um dos pioneiros da implantação desse tipo de política regulatória, já que sua reforma educativa no que diz respeito à educação primou por ações de avaliação do seu sistema educativo atrelado ao oferecimento do bônus por desempenho escolar. Para Castro (2009, p. 273) todas essas iniciativas de sistemas de avaliação das aprendizagens, paralelamente aos sistemas nacionais, indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. No entanto, ainda para o autor, o grande desafio agora é saber usar os resultados obtidos para melhorar a aprendizagem. (CASTRO, 2009, p. 274).

## DISCUSSÃO

Diante das respostas dos alunos entrevistados, foi possível identificar que os mesmos não apresentaram um bom conhecimento sobre o que é a política, eles não entendem e nem tem conhecimento sobre o Programa de Modernização da Gestão de Pernambuco, mas alguns mostraram alguma percepção sobre as práticas das avaliações (elemento fundamental da política em análise) no cotidiano escolar deles.

Também nos preocupamos em mapear o conhecimento dos alunos sobre o IDEPE. Os dados revelaram que todos os alunos entrevistados também apresentaram pouco conhecimento sobre o Índice. Já quando questionamos sobre a prova do SAEPE, 10 de 17 alunos mostraram conhecimento sobre a prova, outros disseram ter dificuldade para responder as questões enquanto outros relataram não achar a prova difícil. A prova do SAEPE é uma prova padronizada e os alunos alegam que nem sempre dá tempo deles

estudarem e se prepararem para fazer a prova que vem com conteúdos pré elaborados, mas nem sempre o professor daquela escola teve condições de dar todos aqueles assuntos, então o aluno ele sempre fica meio perdido, porque pra o aluno toda prova deve servir pra alguma coisa, que ela vai servir pra avaliar o conhecimento dele, pra ele receber nota, ser aprovado ou reprovado. Essa é uma concepção mais geral que os alunos têm das provas. Quando o aluno faz a prova do SAEPE ele fica confuso, porque ninguém explicou pra ele o que de fato é essa prova, qual o objetivo geral dela. Diante das respostas dos alunos, percebe-se que eles fazem a prova, mas não sabem por que fazem a prova, a clareza da prova, ou seja, não sabem qual o objetivo e nem por que são avaliados. O que para nós é um dado preocupante, pois consideramos ser importante que os alunos conheçam sobre o sistema de avaliação que eles estão inseridos, saber da importância que a prova do SAEPE tem. Isso porque, a nosso ver, todos os sujeitos da escola devem estar envolvidos no que acontece na escola e os alunos também são membros da escola. Não apenas executando ações, mas entendendo e refletindo sobre as mesmas. Os índices e as avaliações vêm tomando grande foco nas políticas educacionais no nosso País.

O IDEPE, por exemplo, é um índice estadual, cujo cálculo resulta da multiplicação do SAEPE pelas taxas de aprovação pelo Censo Escolar (PERNAMBUCO, 2008, p.5). De acordo com a Nota Técnica, “melhores resultados nos testes do SAEPE, significam maior IDEPE. Da mesma forma, menos reprovações e menor taxa de alunos que abandonam os estudos ou repetem de ano resultam em maior IDEPE.”

Outro elemento de extrema importância no contexto da política em análise é o Bônus do Desempenho. Na entrevista também foi questionado aos alunos a respeito do Bônus de Desenvolvimento Educacional, todos os alunos disseram não conhecer o bônus. A bonificação varia de 50% a 100% de acordo com o percentual atingido da meta. A unidade que não conseguir alcançar pelo menos 50% da meta não terá direito ao bônus. A escola que alcançar 50% da meta estipulada receberá a metade do bônus; e a partir daí, o valor será proporcional ao percentual atingido da meta. O bônus de desempenho educacional, que segundo a nota técnica é uma premiação por resultados que beneficia os servidores. Para conseguir o bônus de desempenho, a escola precisa fazer uma avaliação boa, a prova do SAEPE tem que alcançar a nota exigida pelo governo, sendo assim dependendo da nota que a escola tiver nas provas dos alunos, é que os professores ganharão o bônus. O bônus de desempenho não faz parte dos salários dos professores, dependendo da nota do IDEPE, é será definido o valor do bônus de cada escola que conseguir participar do BDE. O bônus serve para promover a qualidade do ensino e fazer com que o índice das escolas aumente cada vez mais, fazendo com que o estado de Pernambuco avance na educação pública.

Apesar dos entrevistados apresentarem pouco conhecimento sobre o IDEPE e sobre o bônus de desempenho, eles dizem notar alguma diferença na postura do professor. Alguns relatam que o ensino está melhor, na prática, no cotidiano, isso mostra que os alunos sentem alguns impactos no cotidiano escolar, por exemplo, vários alunos notaram que as escolas estão diferentes, que os professores mudaram as metodologias.

Pudemos perceber que os alunos notaram mudança na prática do professor, dos 17 alunos entrevistados, 13 alunos disseram perceber algumas mudanças na metodologia do professor, mas não sabem qual o motivo da mudança. De uma forma geral, podemos perceber que a maioria dos entrevistados sentem e vivem o impacto no cotidiano escolar, por exemplo o sujeito A2 e A6, ambos pelas falas demonstram notar as mudanças ocorridas dentro da escola. Que os professores são mesmo da área que ensinam, na questão dos materiais das aulas e outras mudanças que os entrevistados disseram perceber. Eles também realizam a prova, mas não sabem quais são os objetivos e importância de eles responderem a prova

## CONCLUSÕES

A dinâmica da escola não considera que os alunos conheçam a política, ao fazerem as provas do SAEPE, os professores deveriam explicar para os alunos quais os objetivos de eles realizarem a prova, fazendo-os refletirem sobre a avaliação e entenderem o processo da política. Os alunos são sujeitos importantíssimos no processo dessa política educacional, mas não são levados a reconhecerem a política, sendo “ignorados” no sistema escolar e na própria política. Para o governo, o IDEPE tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos que precisa melhorar e sinalizando na evolução, ano a ano. Para nós, esse trecho reforça a necessidade de maior entendimento e esclarecimento dos alunos sobre esse índice, pois só assim é possível um diálogo amplo.

## AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, agradecemos ao CNPq-UFPE pela oportunidade e pelo auxílio financeiro para a realização da pesquisa, À professora Ana Lúcia pelo seu apoio e acompanhamento e aos amigos presentes.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, ano XXII, no 75, Agosto/2001.

\_\_\_\_\_. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr, n 22, 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa. Exames nacionais e desafios à avaliação da educação no Brasil. *Anuário Educativo Brasileiro: visão retrospectiva*. São Paulo: Cortez, 2011. (p. 251-262).

FREITAS, Luiz Carlos de. Ao reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.33, n. 119, p.379-404, abr.-jun. 2012.

BAUER. Martin & GASKELL, George (ed.). *Pesquisa qualitativa com imagem texto e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. A avaliação das escolas estaduais e o bônus de desempenho educacional. *Nota Técnica*. Pernambuco, s/d.  
<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 26/02/2014.

VIANA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de Avaliação Educacional. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, n.28, jan./abr. 2009.